

TEMA EM DISCUSSÃO: *Política de reajuste do salário mínimo*

NOSSA OPINIÃO

Solução temporária

Economistas que se dedicam ao estudo da desigualdade no Brasil, entre os quais Marcelo Néri, da Fundação Getulio Vargas, Ricardo Paes de Barros, do Ipea, e João Sabóia, da UFRJ, atribuem à valorização do salário mínimo papel relevante na melhora dos chamados índices de Gini, que mede o grau de concentração de renda em um país.

Como é sabido, o Brasil figura há muitos anos entre as nações com má distribuição de renda, embora os índices de Gini venham progredindo gradualmente desde o lançamento do real.

A redução da miséria e da pobreza é uma aspiração de toda a sociedade brasileira, e a queda brusca da inflação, a partir do Plano Real, criou uma oportunidade histórica para se avançar em direção a esse objetivo. Os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, em especial, adotaram programas sociais de transferência de renda voltados para os mais pobres, e aumentos reais para o salário mínimo fizeram parte dessa estratégia.

A recuperação da economia brasileira viabilizou tal política de valorização do salário mínimo, mas dentro de determinadas condições, pois há que se considerar a realidade do mercado de trabalho e o fato de a maior fonte pagadora do piso ser o próprio setor público, por meio da previdência social ou de funcionários estaduais e municipais.

No entanto, como é tema que dá ampla margem para demagogia política, a fixação do valor do salário se tornou alvo de barganha no Congresso, com as mais variadas proposições girando em torno de números quase aleatórios (na última ne-

gociação uma das emendas propunha R\$ 600, talvez por se tratar de um valor redondo...).

Para evitar o desgaste político na virada de cada exercício, o governo Lula chegou a uma fórmula de reajuste, que leva em conta a inflação do ano anterior — medida pelo INPC, índice do IBGE, que acompanha os orçamentos de famílias com renda de até oito salários mínimos — e o crescimento real da economia, de dois anos antes. Embora a fórmula contribua para alimentar a cultura da indexação automática, da qual o Brasil se esforça para se livrar, mas ainda não conseguiu, desde

o lançamento do real, em 1994, a regra de correção do mínimo possibilita algum tipo de planejamento futuro para os compromissos que envolvem o salário-base.

Na legislatura passada, o Congresso seguiu essa fórmula, mas não a transformou em lei, iniciativa que agora a presidente Dilma resolveu pôr em prática, obtendo a sua primeira grande vitória na Câmara e no Senado.

A fórmula tem prazo de validade (até 2015), o que é correto, pois chegará o momento que a indução do salário mínimo poderá se transformar em uma armadilha contra o próprio esforço de redução da pobreza, ao fomentar a indexação, além de conflitar com a evolução do mercado de trabalho. Vale observar que ainda há 13 milhões de famílias dependentes de subvenções mensais do programa Bolsa Família e que somente ultrapassarão de fato a linha da pobreza quando estiveram inseridas em atividades econômicas viáveis. A fórmula de reajuste do salário mínimo deve ser vista mesmo como uma solução apenas temporária, com data para terminar.

Fórmula de
reajuste precisa
mesmo
ter prazo de
validade
